



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

8053

Presidente da Mesa Diretora: Athos Mameluque Mota

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Utilidade Pública

Autoria: Raimundo Pereira da Silva

Data: 02/06/2009

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 043/2009. Concede o título declaratório de utilidade pública municipal ao “Ministério Nacional da Paz”. (Referente à Lei nº 4.129, de 03/09/2009).

Controle Interno – Caixa: 25.8

Posição: 09

Número de folhas: 05

Espécie: PL
Categoria: Utilidade Pública
Cl: 25.8
Ordem: 09
nº fls: 36



68/2009
01-09-2009

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 043/ 2009

AUTOR:

Ver. Raimundo Pereira da Silva

ASSUNTO:

Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal ao Ministério Nacional da Paz.

MOVIMENTO

Entrada em 02/06/2009
Comissão de Legislação e Justiça.

- 1 -
- 2 - *APROVADO EM REGIME DE URGÊNCIA*
- 3 - *CIA EM. 01.09.2009*
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
GABINETE DO VEREADOR RAIMUNDO DO INSS

PROJETO DE LEI 43 2009

CONCEDE TITULO DECLARATÓRIO DE UTILIDADE PÚBLICA

A Câmara Municipal de Montes Claros – MG aprova, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica Considerada de Utilidade Pública Municipal, a entidade “**MINISTÉRIO NACIONAL DA PAZ**”, inscrita no CNPJ sob o nº 10.243.807/0001-09 com sede na Rua Quatorze nº 380ª Bairro Conjunto JK II, nesta cidade de Montes Claros.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros 20 de Maio de 2009.


Raimundo Pereira da Silva
(Raimundo do INSS)
VEREADOR



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 06 DE MAIO DE 2009
[Assinatura]
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM COMISSÃO POR
RÉGIME DE URGÊNCIA
EM 01 DE SETEMBRO DE 2009
[Assinatura]
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 043/2009 QUE “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública.” de autoria do Vereador Raimundo Pereira da Silva.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

O projeto em questão, bem como a entidade mencionada, conforme documentação juntada, preenchem os requisitos legais exigidos.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 03 de junho de 2009.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78.605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 043/2009

AUTOR: Ver. Raimundo Pereira da Silva

MATÉRIA: "Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal ao Ministério Nacional da Paz.

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 02/06/2009, com entrada na Sala das Comissões no dia 03/06/2009.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto tem como objetivo declarar de utilidade pública municipal a **Declaratório de Utilidade Pública Municipal ao Ministério Nacional da Paz.**

Esta Comissão verifica que o referido projeto não incide em vício de iniciativa e não contraria normas legais e constitucionais, uma vez que foram juntados os documentos previstos para a concessão do título.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende à forma técnica de Redação.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 2009

Presidente: Ver. Alfredo Ramos Neto: _____

Vice-Presidente: Ver. Sebastião Ildeu Maia: _____

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus: _____